



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10096 - Resumo Expandido - Pôster - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT06 - Educação Popular

POR UMA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA COMO DIREITO E RESISTÊNCIA: UMA ABORDAGEM DESCOLONIZADORA EM PERIFERIAS URBANAS

Nayara Alves Macedo - FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UERJ

Carolina Silva de Alencar - FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UERJ

**POR UMA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA COMO DIREITO E RESISTÊNCIA:
UMA ABORDAGEM DESCOLONIZADORA EM PERIFERIAS URBANAS**

Resumo

O presente trabalho nasce do diálogo de duas pesquisas, em andamento, a partir da intersecção dos estudos nos campos da Educação Popular e dos Estudos da Infância, fundamentando-se nas perspectivas políticas e epistêmicas dos estudos decoloniais. Focalizamos infâncias e famílias das classes populares em sua complexidade e diversidade sociocultural, econômica em periferias urbanas no Rio de Janeiro. Apontamos para o desafio de desenvolver uma *epistemologia de escuta* das vozes desses sujeitos (BARBIER, 1992) como dispositivo teórico-metodológico. Ao propormos um movimento de investigação-formação, que aposta na articulação de pesquisas e práticas pedagógicas possibilitadoras de uma Educação Infantil pública e emancipadora, assumimos o caráter dialógico fundamental a um projeto educativo e pedagógico efetivamente incluyente e democrático para a construção de uma educação das infâncias popular.

Palavras-chave: Educação Popular; Educação Infantil; Estudos decoloniais.

Este texto tem por objetivo aprofundar a discussão da intersecção entre os campos da Educação Popular (FREIRE, 1978; 2005) e os Estudos da Infância (SARMENTO; GOUVEA, 2009) apostando numa perspectiva decolonial (QUIJANO, 2005). Nossos estudos, realizados em nível de doutoramento e ainda em andamento, vem complexificando os desafios contemporâneos da Educação Infantil, na perspectiva da democratização de práticas dialógicas tecidas com crianças e famílias das classes populares. Para tanto, trazemos elementos que provoquem deslocamentos no campo conceitual, político e pedagógico da educação da pequena infância, que rompam com o caráter monocultural nos processos formativos - um projeto de Educação Popular como uma práxis em construção.

A luta pela democratização quantitativa e qualitativa da escola pública, nos ajuda a compreender que os enfrentamentos por uma Educação Popular vão além de garantir o direito à educação. Apesar da entrada massiva das classes populares na escola, ainda é necessário romper com o caráter monocultural e homogeneizante constituído na legitimação de conhecimentos e culturas inúmeras vezes contrárias a um projeto de Educação como prática de Liberdade (FREIRE, 1978), na qual diferentes formas de silenciamento e negação ontológica do Outro promovem a exclusão e subalternização dos grupos historicamente oprimidos. Assim, afirmando uma perspectiva assumida pela Educação Popular produzida

por diferentes movimentos sociais, nos interrogamos: de que forma estamos acolhendo as diferentes infâncias e suas famílias, oriundas das classes populares, nos equipamentos públicos de Educação Infantil?

As práticas pedagógicas construídas na Educação Infantil nem sempre qualificam os sujeitos das classes populares como sujeitos legítimos na produção dos conhecimentos que circulam na escola das infâncias. Segundo Esteban e Tavares (2013), os desencontros no diálogo entre a escola pública com crianças e famílias das classes populares, partem das heranças coloniais que produzem padrões dominantes e interpretativos, tanto no que diz respeito ao modelo de família conjugal nuclear e de infância, quanto à cultura escolar tradicional, hierarquizada e monocultural, o que pode produzir processos formativos que disseminam desigualdades e desumanização.

Percebemos que na sociedade contemporânea, crianças das classes populares, vivem em condições desiguais que estão intimamente relacionadas aos processos históricos e políticos, principalmente no que diz respeito à garantia de seus direitos. Compreendendo os direitos sociais como aqueles que visam garantir aos sujeitos o exercício e usufruto de direitos fundamentais em condições de igualdade, pensar sobre o papel da Educação Infantil neste contexto torna-se fundamental. Além de ser considerada a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil, é um direito da criança e tem por objetivo proporcionar condições adequadas para os coletivos infantis, a partir do que a própria relação estabelece como potência, na ampliação de suas experiências e repertórios. Refletir sobre isso, nos leva a todo o momento, a pensar sobre a concepção de infância que historicamente foi e vem sendo produzida socialmente. Em especial, a escola pública para as crianças das classes populares.

Freire (1978) nos convida ao encontro com o outro na tentativa de se pensar na construção de uma escola pública que esteja vinculada a um projeto de Educação Popular. Pois, a democratização do acesso à escola aos sujeitos das classes populares, parte da construção da possibilidade de processos educativos mais dialógicos e emancipatórios. Como afirma o autor Moacir Gaddoti (2013): “As classes populares reivindicam escola pública, mas não querem apenas a extensão da escola burocrática e elitista do Estado. Querem que essa escola acolha também os seus saberes e sonhos e seja radicalmente democrática” (p. 3).

Portanto, dialogando com os ensinamentos de Paulo Freire, nosso maior desafio tem sido buscar novos horizontes em relação à educação das classes populares. Freire não apenas se preocupou com os “oprimidos” de nossa história, mas também, em conhecer e dialogar com os saberes e as culturas populares. Essa dimensão descolonizadora defendida pelo educador torna-se crucial na defesa de uma Educação Infantil pública emancipatória. Nesta perspectiva, as reflexões trazidas apontam para a necessidade de que crianças e famílias das classes populares sejam protagonistas de uma nova ordem educativa e social mais justa e democrática.

Do ponto de vista, teórico e metodológico nossas pesquisas estão pautadas na *dúvida como método* (GARCIA, 2008), em um exercício de complexificar a participação dos sujeitos nos processos de pesquisa, tendo como desafios a construção de vínculos éticos e alteritários que fundamentam nossos procedimentos investigativos nas periferias do estado do Rio de Janeiro. Por isso, a busca da construção de uma epistemologia de escuta de crianças e famílias das classes populares é trazida para o debate. A relação de uma *escuta sensível* (BARBIER, 1992) acerca de suas experiências, de suas expectativas, de seus medos, de suas maneiras de compreender a Educação Infantil, de seus olhares sobre o que desejam e sonham. Revigorar nossos *quefazeres* ao lado das crianças e suas famílias evoca ir além de rediscutir o papel político-social da educação da pequena infância nos espaços coletivos de educação e cuidado das crianças pequenas: nos exige o compromisso de nos mobilizar com elas frente a um

reposicionamento nos modos de acolher os sujeitos infantis no mundo.

As questões trazidas nos desafiam a pensar que a pesquisa no campo da Educação Popular em intersecção com os estudos da infância, aponta para um compromisso com uma postura política, ética e epistêmica de considerar as vozes desses sujeitos e reconhecê-los como legítimos no campo educativo. Um exercício de reivindicar com os *condenados da terra* (FANON, 1968) um reposicionamento crítico comprometido na construção de um projeto de Educação Popular como caminho de reivindicação de direitos sociais e emancipação. Trazemos como destaque, a luta por um rompimento epistêmico da compreensão do mundo que se dê apenas por vozes legitimadas, pois, como nos diz Paulo Freire (2005) “é preciso primeiro que os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue” (p. 93). Portanto, a defesa de uma educação das infâncias popular descolonizadora, caminha em direção ao desafio da construção de práticas democráticas e dialógicas. Uma tarefa comprometida com o protagonismo histórico de crianças e famílias das classes populares, em contrapartida e resistência a pedagogias colonizadoras que subalternizam sujeitos, culturas, modos de ser e existir.

REFERÊNCIAS

BARBIER, René. **A escuta sensível em educação**. In: Revista da Anped, Caxambu, 1992.

ESTEBAN, Maria Teresa; TAVARES, Maria Tereza Goudard. Educação popular e a escola pública: antigas questões e novos horizontes. In: STRECK, Danilo Romeu; ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Educação Popular: lugar de construção coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 293-323

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: civilização brasileira: 1968.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Estado e Educação Popular: Desafios de uma Política Nacional**. 1ª Reunião Ampliada da RECID, Brasília, 2013. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4336/2/FPF_PTPF_01_0955.pf. Acesso em: 04/06/2021.

GARCIA, Regina Leite (org.) **A formação da professora alfabetizadora: reflexões sobre a prática**. 5ª Edição. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

QUIJANO. Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Lander Edgardo (comp.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. **Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina. (Orgs). **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.